

# Câmara aprova minirreforma que cria 150 cargos na Prefeitura

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

**A** Câmara Municipal aprovou ontem o projeto de Lei nº 64/19, de autoria do Executivo, que prevê mudanças na estrutura administrativa da Prefeitura de Salvador, também chamada de "minirreforma". A apreciação do plenário foi anunciada pelo presidente Geraldo Júnior (SD), durante a sessão ordinária do dia anterior. A oposição tentou obstruir com diversas inscrições e questionamentos a respeito da celeridade da apreciação da matéria, que teve parecer aprovado minutos antes em reunião conjunta das Comissões de Orçamento e Transportes. A matéria, entre outras coisas, propõe a criação de cerca de

150 novos cargos comissionários. Propõe também mudanças em algumas pastas municipais, a exemplo da criação do Conselho Municipal de Promoção à Cidadania LGBT, que será gerido pela Secretaria da Reparação.

O projeto prevê, ainda, alteração na finalidade da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) para contemplar a gestão do saneamento ambiental como área de atuação do órgão e inclusão na finalidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) da coordenação do Programa Municipal de Parcerias Público-privadas e concessões. Do total de 26 artigos, votaram contra 18 itens (do 1º ao 9º e do 17º ao 25º) o líder da bancada da oposição, Sidninho (Podemos); as vereadoras Aladilce Souza (PCdoB), Marta Rodrigues (PT) e Ana

Rita Tavares (PMB); os vereadores Edvaldo Brito (PSD), José Trindade (sem partido), Sílvio Humberto (PSB), Marcos Mendes (PSOL), Suica (PT) e Toinho Carolino (Podemos). Os vereadores Edvaldo Brito (PSD), Lorena Brandão (PSC) e Cátia Rodrigues (PHS) foram contrários aos artigos do 10º ao 16º.

A oposição reclamou. "Nossa bancada ainda não chegou a uma conclusão final. Não teve condições de analisar. O projeto, além de inconstitucionalidade, falta elementos. É um projeto que cria 100 cargos, mas há uma lacuna dos cargos que esse projeto vai trazer", criticou Aladilce Souza. O vereador independente, Edvaldo Brito, também fez defesa enfática contra o texto. "Se esses cargos fossem por concursos, eu estaria a favor. Estamos à beira do pleito

Foto: Ascom/CMS



**ATUAÇÃO** do presidente Geraldo Júnior foi fundamental para que o projeto do Executivo fosse aprovado em Plenário, mesmo com críticas da oposição

eleitoral. Esse projeto dá um cheque em branco ao chefe do Poder Executivo", declarou. "Apresento meu voto contrário, porque esse projeto é escandaloso", completou. O vereador Cezar Leite (PSDB), que apesar de ser da base do prefeito, não concordou com a falta da planilha de custos e se posicionou contra a reforma.

O texto também prevê a alteração na finalidade da Fundação Cidade Mãe para incluir a execução de políticas de proteção integral para atendimento às crianças e

adolescentes vulnerabilizados pela pobreza, abandono e exclusão social; inclusão na finalidade da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) das competências relativas às garantias dos direitos da pessoa com deficiência e inclusão das competências voltadas ao bem-estar, proteção e defesa dos animais. Ao final da votação, Geraldo Júnior se dirigiu aos vereadores: "Meu compromisso com a independência dessa casa será mantido. Ganhei 42 filhos. Vossas excelências irão lembrar nas

suas eleições, não sei como, esse compromisso que disse se blindar vossas excelências".

**JUSTIÇA** - A aprovação da matéria, no entanto, pode ser judicializada. Vereadores opositores prometeram entregar hoje um retorno do pedido de vista feita na última segunda-feira, cumprindo o prazo regimental de 72 horas. Segundo a líder do PT, Marta Rodrigues, votar favorável a esse projeto seria dar um cheque em branco para a prefeitura, uma vez que nele é constatada a ausência da estimativa de impacto orçamentário e de indicação da fonte de recursos para custeio das despesas propostas, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "A LRF deixa claro que serão consideradas irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas sem estimativa do impacto orçamentário. Estamos falando de mais de oitenta cargos que não sabemos para onde vão e para que servirão", diz. Ela acrescenta, ainda, que a indefinição quanto às atribuições dos cargos viola a legislação federal e Constituinte, que exige uma definição expressa nesse ponto. Na mesma sessão os edis aprovaram ainda 12 proposições de iniciativa parlamentar, incluindo projetos de resolução, moções e requerimentos.

## APÓS CRÍTICAS

# Moema anuncia rompimento com Mirela Macedo

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER



**MOEMA GRAMACHO** negou que não tenha convidado a deputada para o evento por desejo próprio e que a ex-aliada "de novo me traiu e traiu o povo de Lauro de Freitas"

Depois de a deputada estadual Mirela Macedo (PSD) tecer críticas à prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho (PT), a petista anunciou, ontem, rompimento com a parlamentar, sua vice. Em nota enviada à imprensa, a gestora laurofreitense diz que a ex-aliada de "novo me traiu e traiu o povo de Lauro de Freitas". O embate entre as duas iniciou após a deputada reclamar de não participar de um evento do governador Rui Costa (PT) no município e atribuir a ausência à falta de convite da prefeita.

"Esperei 10 dias silente, sem responder uma linha em qualquer veículo de comunicação, que a deputada Mirela Macedo se retratou.

se. Esperei porque vim mantendo contato com a Serin (Secretaria de Relações Institucionais) do governador Rui Costa e com o senador Otto (Alencar) que, como eu, apostavam na sua retratação para manutenção da unidade. Mas, ao invés de se retratar, a deputada foi ao programa de Mário Kertész provocar, de público, o rompimento", declarou Moema, em nota. "A senhora está preferindo o caminho que acha mais fácil. Tentar desestabilizar o governo e dizer que é candidata (a prefeita de Lauro de Freitas em 2020) para salvar. Quem vai confiar? Por tudo isso e pela quebra da confiança é que aceito a sua provocação pro rompimento", acrescentou.

A petista negou que não tenha convidado a deputada para o evento por desejo próprio. "Falou que eu fui res-

ponsável por não a convidar pro evento do governador naquele sábado. Tentou me jogar contra a secretária Cibele (Carvalho), da Serin, dizendo ter ela afirmado que era eu quem deveria convidá-la pro evento com o governador. Cibele já cansou de explicar à deputada que o evento foi fechado, sem convites pra deputados e que me disse para não mobilizar, que o governador só ia fazer um exercício de matemática numa aula de 'reforço' numa escola estadual. Que bastava eu ir recebê-lo, até porque seria uma coisa rápida e eu teria a posse da secretária Vânia, no mesmo horário, em outro local. Não chamei nem o líder do governo, o deputado Rosenberg, que é morador do município. A deputada fez duras críticas ao governador diretamente no face(book) dele e foi bloqueada. Com

certeza, viu que pisou na bola e quis revidar em mim.

Moema disse, ainda, que convidou Mirela Macedo para vários eventos na cidade. "A deputada mente quando diz que nunca foi convidada pra nada em Lauro. Já participamos de inúmeros eventos juntas, conferências, inaugurações de postos de saúde, dia da mulher, Outubro Rosa, feiras de saúde nos Condomínios de MCMV (Minha Casa Minha Vida) - às vezes ela sozinha, sem mim -, Mutirão de Cirurgias, reuniões intermináveis sobre a secretaria, etc". Em entrevista à Tribuna, Mirela disse que "é muito triste" a postura de Moema. "A autoridade máxima de um município se predispor a um papelão. É muito triste. Faltou com a verdade. Usa o nome de pessoas como o senador Otto", afirmou.

# UPB defende protagonismo dos municípios na reconstrução do Fundeb

DA REDAÇÃO

Criado em 2008 para ajudar a financiar a Educação pública no país, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tem como prazo de validade o dia 31 de dezembro de 2020. Uma mesa da XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios discutiu uma proposta alternativa para o projeto que substituirá o FUNDEB. Ao presidir o painel, o presidente da

UPB e vice-presidente da CNM, Eures Ribeiro, defendeu que os municípios tenham protagonismo nas diretrizes do novo fundo. "Nós não podemos deixar que seja feita uma proposta de cima para baixo, como foi feito no passado. A sua substituição era bancada pela receita própria dos municípios e a União ficava com a menor parte do financiamento. Precisamos idealizar uma nova forma de financiar a educação", afirmou.

Na ocasião, a Confe-

deração Nacional de Municípios (CNM) assinou com o movimento "Todos pela Educação" um termo de cooperação técnica para formular uma nova proposta de subsidiar a educação pública brasileira. "São mentes brilhantes, intelectuais da iniciativa privada, que pensam a educação no Brasil e podem nos dar uma plataforma inicial. Posteriormente, vamos discutir com todos os prefeitos para que tenhamos uma proposta dos municípios a ser apresentada ao Gover-



no Federal", explicou Eures Ribeiro.

O Fundeb, fundo que financia a educação,

**EURES RIBEIRO** defendeu que os municípios tenham protagonismo nas diretrizes do novo fundo.

repassado aos municípios, é calculado por aluno matriculado. A diminuição no número de matrículas é natural, visto que a população brasileira está envelhecendo e as mulheres tendo menos filhos. Todavia, a correção do repasse feito ao fundo é inferior aos aumentos dados ao piso nacional do magistério. O modelo tem levado os municípios a investirem até 100% dos recursos do fundo no pagamento da folha, restando poucos recursos para investimentos na estruturação de escolas e no projeto pedagógico.

# PEC destina emendas direto a estados e municípios



**OTTO ALENCAR** e Jaques Wagner deram a notícia aos prefeitos baianos, durante encontro promovido pela UPB em Brasília

Os senadores Otto Alencar e Jaques Wagner levaram uma excelente notícia aos prefeitos que se reuniram no jantar da bancada baiana em Brasília, na noite de terça-feira (9). O Senado aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2015, que destina emendas parlamentares diretamente aos fundos de participação de estados e municípios. De acordo com Otto e Wagner, a matéria seguiria para a Câmara já ontem. O jantar com a bancada acontece anualmente durante a Marcha

em Defesa dos Municípios. "Os recursos que vão para infraestrutura, educação, saúde ou qualquer tipo de obra de emenda impositiva vão sair aqui de Brasília direto para o Fundo de Participação dos Municípios, acabando de vez a burocracia", explicou Otto.

O senador Jaques Wagner disse que "hoje os senadores marcaram um 'gol de placa' em respeito a vocês, prefeitos. Eu sempre digo que o parlamento funciona com o grito e o calor da rua. Não é fácil votar uma PEC. Votamos os dois turnos em um intervalo de dez

minutos", comemorou o senador baiano Jaques Wagner. A notícia foi comemorada pelos prefeitos presentes incluindo o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro. "Com essa solução, as emendas colocadas pelos parlamentares se tornam mais eficazes e independem de convênios e burocracias. Nossa luta, agora, é na mobilização dos deputados", disse.

O deputado federal e coordenador da bancada da Bahia na Câmara, deputado Daniel Almeida, destacou que a matéria

também será aprovada pela casa. "Chegando à Câmara, eu não tenho dúvidas que vamos aprovar rápido. O prefeito tem o direito de ver a emenda chegando ao seu município. Estamos todos juntos em defesa do fortalecimento do municipalismo", disse. A XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), é considerada o maior evento político da América Latina. Mais de 280 prefeitos baianos participam do evento, que vai até hoje.